



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
ADM.: 2017/2020

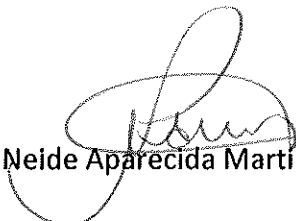
Fis. Nº
0648

Declaração de Licitação Deserta Pregão 006/2019

Declaro que a Licitação Pública, Modalidade Pregão Presencial nº 006/2019, regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93, foi julgada **DESERTA**, pois nenhuma empresa compareceu ao supracitado certame no horário pré-estabelecido no Instrumento convocatório que regulamentava essa Licitação. OBJETO: Contratação de empresa para o registro de preço para eventual e futura aquisição do MEDICAMENTO DIAZÓXIDO 100 mg, para doações, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

Monte Belo, 21 de março de 2019.

Pregoeira:


Neide Aparecida Martins da Silva

Equipe de Apoio:


Cristiane Aparecida Vicente


Jane Maria da Silva



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.668.376/0001-34
ADM.: 2017/2020

Fis. Nº
0652

DESPACHO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório nº 014/2019
Pregão Presencial nº 006/2019

OBJETO: Contratação de empresa para o registro de preço para eventual e futura aquisição do MEDICAMENTO DIAZÓXIDO 100 mg, para doações, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal da cidade de Monte Belo - MG, Valdevino de Souza, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/1993, bem como:

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes em sua instância, com fundamento na ausência de interesse das empresas em participar do certame, uma vez que na abertura do certame nenhuma empresa compareceu, tendo a Pregoeira e sua equipe declarada deserta a licitação, fundamentada no inciso Art. 24, inciso V, 1ª parte da Lei nº 8.666/1993;

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a legalidade administrativa, **DECLARA DESERTO** o certame licitatório objeto do Pregão Presencial nº 006/2019, determinando à Pregoeira e sua equipe que se adquira o bem ou serviço, desde que sejam mantidas todas as condições estabelecidas nos instrumentos convocatórios anteriores, como forma de preservar o princípio da impessoalidade.

Monte Belo, 21 de março de 2019.


Valdevino de Souza
Prefeito Municipal